

Investimento novo e expansão vigorosa e consistente

Eduardo Maia *

Durante anos foi consenso entre os economistas a idéia de que o sucesso da política econômica, especialmente dos planos antiinflacionários, dependia da "governabilidade". Tal argumento, desenvolvido principalmente nos momentos mais frágeis da transição democrática, alertava para o fato de que um presidente eleito de forma indireta, sujeito a pressões de toda ordem mas sem uma noção mais clara de compromissos, seria incapaz de hierarquizar prioridades e executar programas dolorosos de ajuste.



Veio a eleição presidencial e, garantida a governabilidade mas não o fim da inflação, as atenções voltaram-se para o problema da confiabilidade. Não basta, alertam novamente os economistas, contar com um governante eleito democraticamente, com base em plataforma eleitoral definida e sujeito aos controles de um Congresso atuante. É preciso que as medidas de política econômica tenham em si mesmas um cacife de credibilidade pública e sejam capazes de convencer os agentes econômicos a apostar num futuro comum.

Se essas observações praticamente consensuais entre os economistas têm validade, então mais verdade ainda é que estamos longe de uma política econômica capaz de fazer convergirem a governabilidade e a credibilidade. Afinal, se muito da política econômica depende de serem cultivadas as expectativas, então o clima recessivo, a incerteza da desindexação e a arbitrariedade dos custos sociais atrapalham mais que ajudam.

A atuação dos governos estaduais no campo da política econômica é certamente limitada do ponto de vista quantitativo. Mas, a julgar pela importância crescente dos fatores de confiança e aposta num futuro comum, ~~avanços quantitativos valiosos~~ e estratégicos podem ser realizados por um governo que, como o de São Paulo, não pode ter outro compromisso senão o de tomar a iniciativa de defender uma expansão econômica vigorosa e consistente.

Qual o conteúdo dessa consistência? Em primeiro lugar, é preciso planejar no setor público em consonância com os planos de investimento do setor privado. Essa disposição, de abrir e ampliar crescentemente o diálogo com os setores econômicos, pode ser uma iniciativa vigorosa o suficiente para inspirar um mínimo de confiança, um horizonte básico de investimentos sem os quais a desindustrialização e a estagnação econômica podem tornar-se irreversíveis. Esse esforço conjunto para modernizar tanto a gestão pública quanto as estruturas produtivas pode não apenas tranquilizar os investidores mas até multiplicar o impacto de medidas que parecem às vezes marginais.

Veja-se agora o exemplo da Argentina. Se é a dolarização que mais chama a atenção, devemos ao mesmo tempo estar alertas para algumas iniciativas que visam explicitamente à re-

tomada do crescimento, ainda que ao custo transitório de uma renúncia fiscal. Salta à vista, à parte o detalhe das medidas, a preocupação de finalmente abandonar a trilha da recessão como caminho para debelar a inflação.

Essa opção pelo combate à inflação mas com crescimento tem origem no fato de que a Argentina talvez tenha chegado ao "fundo do poço" em termos de estagnação econômica. Mas os brasileiros, especialmente os paulistas, não podem ainda vangloriar-se de estar a salvo dessa ameaça. Os dados sobre o produto industrial paulista nos anos 80, divulgados recentemente pela Fundação Seade, mostram uma queda na participação da indústria na economia paulista de 11%. Durante essa década, o desempenho da indústria de transformação foi negativo (-07, %), ante um resultado positivo de 7,37% registrado na década anterior.

A ausência de metas decisivas no campo federal para o desenvolvimento nacional, apesar da insistência no tema da competitividade, apenas torna o quadro mais preocupante. Não há aumento de competitividade sem investimentos e não há investimentos sem uma cooperação e até uma co-participação entre setor público e privado no planejamento e no financiamento.

Trata-se, sobretudo, de reconstruir as bases para o investimento novo, os projetos de interesse comum, incluindo-se nessa cooperação o entendimento de quais são as prioridades a negociar, tanto no âmbito do Congresso Nacional quanto no do Executivo.

Trata-se de retomar a iniciativa de elaboração de um projeto de desenvolvimento, mas não como proeza de gabinete e sim como fruto de diálogo e negociação entre os setores econômicos, com a devida colaboração do setor público. Planejar, tendo a negociação como horizonte, é antes de mais nada resgatar a cidadania como ponto de partida para a elaboração de políticas e orientação dos gastos. Criar oportunidades de investimento, salvaguardar a nossa capacidade de formar mão-de-obra qualificada (para o que promete convergir a política educacional do governo Fleury), indispensável numa era de industrialização intensiva em tecnologia, racionalizar a máquina administrativa pública para que as metas sejam de fato compatíveis com o horizonte de investimentos privados são os compromissos básicos de uma gestão que entende o compromisso entre governabilidade e credibilidade.

A defesa do investimento em São Paulo já rendeu frutos nos últimos anos. A situação seria certamente mais dramática em nosso estado não tivesse a gestão anterior compreendido a natureza estratégica do investimento público. Agora é preciso avançar mais, antes que a década perdida se transforme no fim de século esquecido.

* Secretário de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo.